

As Épocas Medieval e Moderna na Península Ibérica

Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular

(Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)

Editor:
Nuno Ferreira Bicho

Coordenador de sessão:
Luís Sebastián

Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
(Universidade do Algarve)



Universidade do Algarve
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia

Promontoria Monográfica; 13

Editor:

Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas
8000-117 Faro
nap.ualg@gmail.com

Coordenação Editorial:

Nuno Ferreira Bicho
António Faustino Carvalho

IMPRESSÃO:

Gráfica Comercial, Loulé

TIRAGEM:

250 exemplares

ISBN: 978-989-95616-6-3

Depósito Legal: 318569/10

APOIOS:



FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal

Fundação Calouste Gulbenkian

ADECAP

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve
Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais
Staples – Office Center
Governo Civil do Distrito de Faro

Índice
3

A intervenção arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2003
7

A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2004
Luís Sebastian & Ana Sampaio e Castro
9

Localização de valas de drenagem através do método da resistividade eléctrica Igreja de S. João de Tarouca
Fernando Pedro Ortega O. Figueiredo & Lídia Maria Gil Catarino
33

O levantamento gráfico da igreja e área de escavação do Mosteiro de S. João de Tarouca
Luís Sebastian, Hugo Pereira, Mónica Ginja & Ana Sampaio e Castro
43

A faiança portuguesa no mosteiro de S. João de Tarouca: da restauração à reforma pombalina
Luís Sebastian & Ana Sampaio e Castro
57

Estudo gliptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca
Ana Sampaio e Castro & Luís Sebastian
79

Utensílios líticos no quotidiano do Mosteiro de S. João de Tarouca
Luís Sebastian, Lídia Catarino & Ana Sampaio e Castro
91

Sessões Gerais
111

O Mosteiro de Santa Clara-A-Velha de Coimbra:
investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio
Artur Côrte-Real, Catarina Leal e Miguel Munhós, Francisco Pato de Macedo, Luís Miguel Bernardo, Manuela Almeida
Ferreira & Paulo César Santos
113

El yacimiento de Granados. Un asentamiento rural en el entorno de Toledo
Mercedes Sánchez-García Arista, Luis González Carrasco, Jorge Morín de Pablos, Rafael Barroso Cabrera, Marta Escolà
Martínez, Mario López Recio, Enrique Navarro, Fernando Sánchez Hidalgo & Francisco López Fraile
129

El yacimiento ibérico y medieval de la Serra de Mania (Alòs de Balaguer-Cubells-Foradada, comarca de la Noguera, Lleida)
Xavier Bermúdez López·Marta Monjo Gallego·Núria Morell i Cortés & Jordi Principal i Ponce
143

O quotidiano medieval no castelo de Castelo Novo (Fundão): síntese de resultados das três campanhas de escavação
André Teixeira
151

Estudo comparativo entre estruturas arquitectónicas de fortificações medievais da Península Ibérica e Oriente Próximo:
Portugal e Israel, Séculos XII e XIII
Edison Bisso Cruxen
163

- Nuevos datos sobre la arqueología de las actividades productivas: Los talleres de fundición de campanas bajomedievales de Azpeitia y Tolosa (Gipuzkoa)
Sonia San Jose Santamarta & Alfredo Moraza Barea
175
- A ocupação medieval no Monte da S^a Do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo
Carla Maria Braz Martins
187
- Tipologia de Silos e Estruturas industriais na Praça Sá Da Bandeira, em Santarém
Carlos Batata, Elisabete Barradas, Vanessa Sousa
197
- Arqueologia Medieval-Moderna - os silos da Avenida Miguel Fernandes - Beja
Andrea Martins, César Neves & Vera Aldeias
205
- Atitudes face à morte em Tavira (Portugal)
Alicia Candón Morales, Sandra Cavaco & Jaquelina Covaneiro
213
- Resultados preliminares do estudo da necrópole medieval de Cacula Velha
Cristina Garcia & Francisco Curate
223
- Necrópole medieval de Nossa Senhora de Finisterra (Soure, Coimbra):
Resultados de uma escavação em contexto de emergência
Maria João Neves, Maria Teresa Ferreira, Miguel Almeida & Gina Dias
233
- O espólio antropológico e arqueológico das sepulturas das alas Norte e Oeste do claustro do Convento dos Lóios em Arraiolos (Alto Alentejo, Portugal)
Paula Tavares & Ana Luísa Santos
241
- El poblamiento pastoril de montaña: fondos de cabaña tumulares de Esnaurreta y Oidui en la Sierra de Aralar (Gipuzkoa)
J. Agirre García; A. Moraza Barea, J. A. Mujika Alustiza, X. Reparaz Extramiana & E. Telleria Sarriegi
253
- Vidros medievais e modernos da escavação da Rua da Judiaria em Almada (Portugal)
Teresa Medici
265
- El despoblado de Camarma del Caño (T.M. Camarma de Esteruelas)
Jorge Morín de Pablos, Ernesto Agustí García, Rafael Barroso Cabrera, Marta Escolà Martínez, Mario López Recio y Fernando Sánchez Hidalgo
279
- Arqueozología y tafonomía del despoblado de Camarma del Caño (Camarma de Esteruelas, Madrid)
José Yravedra Sainz de los Terreros
287
- Una calzada de Época Moderna entre Zalla y Balmaseda (Vizcaya):
El *Camino Real*
Fernando Sánchez Hidalgo, Jorge Morín de Pablos, Rafael Barroso Cabrera, Marta Escolà Martínez & Mario López Recio
293
- Tipologia das formas de açúcar dos séculos XVI e XVII da Cidade de Machico, Ilha da Madeira
Élvio Duarte Martins Sousa
307

Arqueologia da Mineração no Império Colonial Português (MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII)
Carlos Magno Guimarães, Gabriela Pereira Veloso, Luiz Fernandes de Oliveira Neto & Rafael Barbi Costa e Santos
315

Arqueologia de uma rebelião no Império Colonial Português
Carlos Magno Guimarães, Anderson Barbosa Alves Pereira & Evelin Luciana Malaquias Nascimento
323

Arqueología de la Guerrilla Antifranquista en la Sierra de Altamira. La 14ª División de la 1ª Agrupación del Ejército de
Extremadura y Centro
Jorge Morín de Pablos, Rafael Barroso Cabrera, Benito Díaz Díaz, Marta Escolà Martínez, Mario López Recio, Amalia
Pérez-Juez Gil, Ricardo Recio Cardona & Fernando Sánchez Hidalgo
335

O quotidiano medieval no castelo de Castelo Novo (Fundão): síntese de resultados das três campanhas de escavação*

André Teixeira**

* Este artigo substitui o que foi objecto de um poster no IV Congresso de Arqueologia Peninsular, no qual se apresentaram os materiais arqueológicos da primeira fase de ocupação do castelo de Castelo Novo (séculos XIII-XIV), tendo-se alterado apenas o respectivo subtítulo. Tal situação deve-se ao facto do signatário ter deixado, em Setembro de 2004, a equipa responsável por esta intervenção arqueológica, que incluía Silvina Silvério e Luís de Barros, quando os trabalhos de campo já haviam finalizado, mas quedava por fazer ainda boa parte do estudo de materiais. A partir dessa data, muito embora tivesse sido intentado, deixou de haver qualquer colaboração da colega que ficou encarregue do projecto, nomeadamente facultando o acesso ao espólio necessário à elaboração deste texto. O presente trabalho foi, pois, redigido apenas pelo signatário, o único dos membros da equipa inscrito no congresso que esteve presente e que não quis deixar de cumprir com a obrigação inerente à sua participação, entregando um texto para as actas. Contou para isso com os elementos de que dispunha até à data acima referida, nomeadamente dos relatórios entregues ao Instituto Português de Arqueologia que co-assinou, apresentando a sua visão síntese de três de trabalho neste sítio arqueológico.

** Do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa. Os trabalhos arqueológicos em questão foram levados a efeito no âmbito da Arqueonova – Associação de Arqueologia e Defesa do Património, de que o signatário se desvinculou em Agosto de 2005.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do programa de recuperação das aldeias históricas de Portugal foi decidido pela Câmara Municipal do Fundão, juntamente com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), desencadear uma acção de valorização no castelo medieval de Castelo Novo. Esta, uma vez que implicava a remoção de terras no interior do recinto e a construção de um edifício anexo, obrigou à realização de uma intervenção arqueológica, a qual foi levada a efeito entre 2002 e 2004, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, tendo sido integralmente financiada pela autarquia. As expectativas iniciais eram baixas, uma vez que estava documentada uma campanha de obras da DGEMN no monumento entre 1938 e 1942, a qual teria implicado a remoção de terras e reconstrução de alguns panos de muralha¹. Além disso, aparentemente apenas a metade Este do castelo apresentava acumulação de terras susceptível de guardar níveis arqueológicos, já que o sector Oeste deixava à vista o afloramento granítico na maior parte da superfície.

A primeira campanha de trabalho de campo, na qual se fizeram sondagens destinadas a avaliar o potencial arqueológico do sítio, revelou porém uma sucessão estratigráfica relativamente bem preservada no referido sector Este do recinto, a não mais de um metro de profundidade. Esta encerrava um conjunto de materiais medievais e modernos relevantes, bem como alicerces de muros em associação. Assim, numa segunda campanha fez-se a escavação integral daquele sector do castelo, alargando-se o volume de estratos arqueológicos revelados, compreendendo-se a funcionalidade das estruturas e exumando-se mais um importante lote de espólio. Realizaram-se igualmente sondagens no exterior

do perímetro murado, junto ao seu acesso Norte, no largo da igreja matriz, para onde se projecta a construção do edifício de apoio; não se verificaram aqui quaisquer achados arqueológicos, já que o substrato rochoso se encontrava até 10 cm de profundidade. Finalmente, na terceira campanha, acompanhou-se a limpeza integral da metade Oeste do castelo, praticamente toda composta por detritos recentes, tendo-se ainda assim detectado alicerces de uma importante estrutura, bem como alguns materiais.

Os trabalhos arqueológicos permitiram, assim, para além de minimizar o impacto negativo sobre o património arqueológico das projectadas obras de valorização do monumento, recolher importantes dados para a sua história. Neste âmbito foi possível atribuir cronologia a boa parte das estruturas já conhecidas e às reveladas pela escavação, recuperando-se também importantes dados acerca da dinâmica de povoamento do espaço e do quotidiano das comunidades que o habitaram em época medieval e moderna. Definiram-se, pois, três fases de ocupação, cuja caracterização arqueológica e enquadramento histórico básicos se deixam aqui traçados.

2. PRIMEIRA FASE (SÉCULOS XIII E XIV)

Sendo conhecidos diversos sítios romanos no território próximo do castelo (Silva, 2002:126-27), não se encontraram vestígios desta época durante os trabalhos, exceptuando-se fragmentos de materiais de construção, recolhidos nos estratos superficiais, os quais deverão ter sido para aqui transportados em época recente, no âmbito de alguma obra ocorrida na freguesia. Assim, a primeira notícia histórica sobre esta localidade é o foral de

Alpreada, de 1202, concedido pelo alcaide D. Pedro Guterres com o intuito de “restaurar e povoar” a região, no que parece indiciar algum eramento ocorrido nos séculos precedentes. À nova vila, separada do grande concelho da Covilhã, foi atribuído um determinado alfoz, a fim de que a exploração dos seus recursos proporcionasse o seu auto-sustento (Jorge, 1998:7). Quanto ao castelo, terá sido construído nos anos imediatamente seguintes, pois em 1205, no testamento do mencionado fidalgo, o lugar já era designado por Castelo Novo, alteração toponímica que consagrava a edificação recente daquele perímetro defensivo (Silva, 2002:128-32). A designação “novo” justifica-se certamente por perdurar na memória dos locais, como ainda hoje subsiste, a recordação da existência de um castelo no topo da serra contígua, o Castelo Velho, com comprovada ocupação proto-histórica (Vilaça, 1995:487).

O interesse pela ocupação da região nos inícios do século XIII parece claro. Datam efectivamente desta época numerosas concessões de forais a localidades da Beira interior, que podem ser entendidas como um estímulo de ordem administrativa ao povoamento do espaço, no âmbito do “programa político-colonizador” levado a efeito pela Coroa portuguesa nesta época. Com D. Afonso Henriques as cedências incidiram ainda fundamentalmente a Norte do complexo montanhoso da Serra da Estrela, com a rara excepção de Monsanto, mas com o seu sucessor o processo alargou-se a regiões mais meridionais, incluindo São Vicente da Beira, Penamacor e Castelo Novo, fixando-se na linha do Tejo com D. Afonso II (Coelho e Homem, 1996:567-82).

Esta geografia de ocupação do espaço tinha obviamente que ver com a confrontação face ao Sul muçulmano, pois se a linha de fronteira se fixara neste rio desde meados do século XII, ainda nos anos de 1190-91 ocorreu aqui uma importante acção militar islâmica, sob o mando do próprio califa almoada Abu Yaqub al-Mansur. Simultaneamente, a linha divisória face ao vizinho reino cristão de Leão era ainda ténue, tendo ocorrido também alguns conflitos, como a batalha de Ervas Tenras, perto de Pinhel, cerca de 1198. É neste mesmo contexto de esforço de povoamento e defesa dos territórios conquistados, que deve ser entendida a concessão de domínios às Ordens Militares, no caso da Beira Baixa, sobretudo aos Templários (Mattoso, s.d.:95-101). O domínio dos freires do Templo na região alastrou-se, aliás, a Castelo Novo, pois o referido alcaide D. Pedro Guterres, bem como os seus descendentes, foram sucessivamente transferindo para esta instituição todos os seus bens nesta vila, processo concluído em meados de duzentos (Silva, 2002:132-33).

A fortificação de Castelo Novo não se destinava propriamente a defender uma linha de progresso das forças inimigas, ao contrário dos vizinhos Monsanto e Penamacor que dele se avistam (*vide* Silvério *et al.*, 2004:473-540). De facto, o castelo implanta-se numa elevação com 650 m de altura, coroando a pequena povoação, que se desenvolve sobretudo na encosta Leste. Se permite a observação da paisagem plana a nascente, está totalmente «cercado» nos demais quadrantes pela Serra da Gardunha; implanta-se, pois,

numa zona por onde dificilmente um exército poderia penetrar. A causa para a sua construção deve, pois, entender-se estritamente no mencionado âmbito de povoamento do espaço, que ainda assim representava, por si só, uma forma de defesa. A sua localização dever-se-á à combinação de dois factores: a proximidade face à caudalosa ribeira de Alpreada, propiciadora de uma exploração agrícola intensiva; a situação altaneira, que não só assegurava a defesa militar, como permitia o cumprimento da função de vigia do território. Relacionado com aquele primeiro aspecto, saliente-se que, nos inícios do século XVI, a Ordem de Cristo, sucessora do Templo, detinha produtivos souts nas margens da ribeira. Em meados do século XVIII, o vinho, o centeio, a castanha e o azeite eram os principais frutos recolhidos pelos moradores da vila, nos quintais murados que detinham em redor do seu leito, registando-se várias azenhas, moinhos, lagares de azeite e um pisão no seu curso (Silva, 1993:147 e 157-61).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no castelo confirmaram aquela data de fundação. De facto, os níveis estratigráficos mais profundos aqui presentes revelaram materiais condicentes com uma cronologia de ocupação desde os inícios do século XIII à segunda metade da centúria seguinte¹. No que diz respeito às cerâmicas, notou-se uma nítida dualidade entre os exemplares importados e os de produção local e regional. No primeiro caso destaquem-se os fragmentos de pichel de Saintonge, cerâmicas com proveniência na região vinícola sudoeste francesa, com pasta esbranquiçada muito bem depurada, superfícies externas vidradas de chumbo transparente e brilhante e decoração pintada em tons de amarelo e verde, contornada a castanho de manganês, figurando um pássaro (fig. 6). Exemplares deste tipo, com ampla difusão na costa atlântica da Europa, tinham até ao momento sido encontrados em Portugal apenas em níveis medievais da Casa do Infante, no Porto (Real *et al.*, 1995:178, fig. 5, nº9) e em contextos de igual período na Rua dos Correios, em Lisboa (Gaspar e Amaro, 1997:337-39, est. 2). A sua aquisição pelas elites que habitavam o castelo de Castelo Novo revela bem a sua capacidade económica e requinte quotidiano, ajudando a delinear as vias de circulação de produtos de luxo para o interior do Reino naquela época. Em termos cronológicos, saliente-se que está documentada a produção de cerâmica deste tipo sensivelmente entre 1250 e 1350, presumindo-se que a sua chegada a Portugal esteja relacionada com o incremento do comércio marítimo português com aquela região francesa, na segunda metade de século XIII.

No que se refere à cerâmica comum podem reconhecer-se dois grupos. Um caracterizado por peças de pastas escuras, com tons entre o castanho, o vermelho escuro e o cinzento, mal depuradas, contendo muitos elementos não-plásticos micácios de grão fino a

¹ Obtiveram-se duas datações de carvões por radiocarbono, proveniente de áreas opostas do castelos: Sac-1952 (Q2-C8), 590±50 BP com $\delta^{13}C = -24,8\%$, cuja conversão para 1 sigma dá 1305-1365 cal AD e 1386-1404 cal AD; Sac-1954 (Q30/31-C9), 580±40 BP com $\delta^{13}C = -26,3\%$, cuja conversão para 1 sigma dá 1311-1353 cal AD e 1387-1410 cal AD.

médio e alguns quartzíticos de grão médio a grosso. As painelas são a forma predominante, geralmente apenas alisadas exteriormente, por vezes também com caneluras ou incisões na pança, e com paredes interiores de aspecto tosco, muito rugosas, denotando em alguns casos acabamentos manuais; as superfícies exteriores estão maioritariamente escurecidas pelo contacto com o fogo. Têm bordos extrovertidos com lábio de perfil afilado, colos estrangulados, corpos ovóides e fundos planos de diâmetro reduzido. Entre as demais formas deste grupo salientem-se os vasos, além de uma série de outros recipientes fechados, como potes e púcaros, muitos dos quais apresentando decoração com cordões plásticos digitados, dispostos na vertical, na horizontal ou em ambas, além de incisões ou caneluras. Embora estes artefactos resultem certamente de produção local, notam-se algumas semelhanças técnicas e decorativas com exemplares do Norte interior de Portugal, com cronologia entre os séculos XII e XIII (Rodrigues e Rebanda, 1995:51-66; Rodrigues e Rebanda, 1998:101-26; Marques, 2000:261 e 278-80).

O outro grupo de cerâmicas comuns reconhecido em Castelo Novo, com menos exemplares que o anterior, apresenta pastas mais claras, de tons entre o vermelho e o laranja, mais bem depuradas, mas contendo muitos elementos não-plásticos micácios de grão fino. As superfícies encontram-se bem alisadas, podendo as exteriores ser revestidas por aguada mais clara que a pasta, apresentando essencialmente decoração incisa concêntrica ou em ziguezague, bem como caneluras. Predominam as formas fechadas, como painelas e potes. Este grupo poderá provir de oficinas de circulação mais vasta, talvez de âmbito regional, como parece indicar o paralelo muito semelhante no vizinho castelo de Castelo Branco (Ribeiro, 1986:277-81).

Entre o espólio metálico destacuem-se dois alfinetes ornamentais em cobre: um de secção circular afilada, com cabeça de forma ofírica destacada da secção mesial e decoração constituída por dois segmentos ovóides intercalados por dois anelares; outro de secção plana afilada e cabeça retorcida, no qual se notam vestígios de revestimento dourado. Ambos representam o requinte quotidiano das elites que habitavam este castelo, já afirmado no que respeita à importação de cerâmica de luxo. Mais numerosos são os objectos metálicos de uso quotidiano, tanto na confecção de alimentos como na guerra, nomeadamente um número significativo de facas, com aplicação de rebites para fixação de cabo, e algumas pontas de seta de secção semi-circular oca para encabamento, ambos artefactos em ferro. Finalmente refiram-se os numismas, importantes indicadores cronológicos deste nível arqueológico, já que se recolheram neste estrato apenas dinheiros, em número de 52, cunhados entre os reinados de D. Sancho II e D. Pedro I. As únicas excepções são um pilarte de D. Fernando e uma moeda cunhada sob D. Henrique II de Castela, monarca entre 1369 e 1379, em época de grande confrontação bélica entre os dois reinos peninsulares.

Se em termos artefactuais é possível caracterizar cabalmente esta 1ª fase de ocupação do castelo, no que

se que refere às estruturas os dados são bem mais modestos. Não estando em questão a dimensão palatina do sítio, dada a descoberta dos materiais de luxo atrás citados, é ainda assim imperceptível a forma do castelo original. De facto, apenas se verificaram estratos deste período em quatro sectores do espaço interior escavado. A Nordeste estavam associados a um espesso muro, que se encontra na base da muralha visível, mas que diverge dela ligeiramente para o interior do recinto, no que poderão ser vestígios da primitiva cerca; preenchiam uma cavidade escavada no afloramento rochoso, muito destruída pela reconstrução da muralha naquele quadrante, sobre a qual assentavam alicerces de época posterior (fig. 1). A Este, onde também foram sobrepostos por estruturas da 2ª fase de ocupação, terão constituído depósitos niveladores do afloramento rochoso que, neste sector, apresenta acentuada depressão; estavam em conexão com um segmento de muro bem aparelhado, com paramento de blocos regulares de grande dimensão e interior preenchido com pedra miúda e argamassa, cuja funcionalidade é desconhecida, embora a sua inflexão possa indiciar um eventual compartimento quadrangular (fig. 2 e 3). A Sul, selavam uma abertura escavada no substrato granítico durante este período, com funcionalidade desconhecida, a qual terá sido preenchida aquando da reocupação do espaço, com vista ao nivelamento do terreno; neste caso eram sobrepostos por material sub-actual, resultante das obras da DGEMN atrás referidas, que cobriam mais um troço da muralha primitiva do castelo, sobre a qual assentou a reconstrução recente, bem como dois pequenos muretes de utilidade irreconhecível (fig. 4, 5 e 8). Finalmente a Oeste, constituíam também um fino estrato nivelador de estruturas cronologicamente posteriores.

Tratam-se, pois, de dados muito fragmentários, confinados essencialmente a dois tipos de estruturas: dois pequenos troços de muralha, a Nordeste e a Sul, cuja implantação permite indiciar um traçado não muito divergente daquele que veio a ser implantado na fase seguinte e que subsiste até aos nossos dias, e três secções de muro, de funcionalidade imperceptível. Embora sem clara comprovação histórica, sustenta-se que terá sido também durante esta fase que se construiu a Torre de Menagem que coroa o perímetro defensivo, apontando-se o reinado de D. Dinis como aquele em que se deu esta primeira grande reforma no castelo, cerca de um século depois da sua fundação (Silva, 2002:133). O grande número de estruturas deste tipo edificadas durante este período, o carácter residencial que apresenta e o arranque da abóbada gótica parecem confirmar esta tradição. Neste caso, a inexistência de níveis preservados impediu que a arqueologia pudesse contribuir para esclarecer esta hipótese.

O desaparecimento de boa parte das estruturas da 1ª fase de ocupação do castelo é um indício do fenómeno que terá estado na origem do seu abandono violento, durante a segunda metade do século XIV. De facto, esta primitiva etapa terá terminado com incêndio e destruição geral do monumento, como comprovam as características dos respectivos estratos, repletos de cinzas, terras queimadas e amplos derrubes de pedras. Nestes

depósitos verificou-se ainda grande quantidade de pregos, reveladores da queima de abundantes estruturas em madeira, aliás reconhecíveis nos inúmeros buracos de poste e talhes na pedra. Estes fenómenos terão sido causados por perturbações de ordem político-militar de dimensão regional, ou eventualmente integrando o contexto mais vasto de conflituosidade que grassou neste período, tanto no interior do Reino como com a vizinha Castela. Neste sentido, note-se que foi verificada uma dinâmica histórica muito próxima na intervenção arqueológica do vizinho castelo de Belmonte, onde uma fase desencadeada em meados do século XIII teve o seu termo “com a destruição parcial do castelo, acompanhada pelo despovoamento provocado pelas Guerras Fernandinas, assim como pela crise dinástica dos finais do século XIV” (Marques, 2000:266-67).

3. SEGUNDA FASE (SÉCULOS XV E XVI)

Sendo impossível verificar quanto tempo permaneceu o castelo de Castelo Novo abandonado, em virtude das perturbações ocorridas durante a segunda metade de trezentos, parece certo que logo nos inícios da centúria seguinte ter-se-á dado a sua reconstrução. Esta terá compreendido a reparação quase total das muralhas, pelo menos no lado Leste, onde elas subsistem hoje em dia bem conservadas. De facto, a intervenção arqueológica veio datar deste período praticamente todo este pano de muralha, incluindo as escadas que conduziam ao adarve, uma vez que se verificou assentar em níveis de derrube da primeira fase de ocupação; na zona Leste, por exemplo, ela sobrepõe o colapso do muro bem aparelhado de época anterior, a que já fizemos referência (fig. 2). Tal facto é, quanto a nós, o dado mais revelador do grau de destruição com que terá finalizado a mencionada 1ª fase.

Refira-se que esta obra reconstrutiva denota alguma marginalidade deste castelo na estratégia defensiva do reino de Portugal naquela época, dado o arcaísmo e, sobretudo, simplicidade da sua arquitectura militar; este não conheceu, aparentemente, as inovações técnicas introduzidas nos castelos deste período, como a abertura de troneiras ou a construção de cubelos. No entanto, segundo as fontes documentais, parece que terá existido aqui uma barbacã de porta, defendida por uma torre da altura da muralha (Silva, 2002:134), a qual já havia sido demolida em meados do século XVIII (Silva, 1993:163). Finalmente, note-se que também o citado castelo de Belmonte conheceu nesta época uma larga reedificação, fruto da estratégia defensiva da nova dinastia de Avis, embora neste caso com alcance mais significativo (Marques, 2000, p. 267).

Nos inícios do século XV foram igualmente construídos os cinco compartimentos rectangulares adossados à muralha Leste do castelo de Castelo Novo, cujos alicerces foram parcialmente revelados por esta intervenção arqueológica (fig. 2 e 3). Dois localizavam-se a Norte da entrada principal do monumento, virada a nascente, ao passo que os restantes três implantavam-se a Sul. Eram constituídos por muros medianamente

aparelhados com pedras de média dimensão, relativamente bem talhados nas arestas, preenchidos no interior por pequenas pedras e escassa argamassa ligante; a sua largura oscilava entre 40 cm e 70 cm. A dimensão destes compartimentos, sensivelmente 3,5 m por 2,5 m, bem como o espólio exumado no seu interior, faz crer que serviriam essencialmente como armazéns ou edifícios de apoio à elite que habitava no seu interior. O Tombo da Comenda de Castelo Novo da Ordem de Cristo, de 1505, refere a existência de uma estrebaria e palheiro do comendador (Silva, 2002:134), facto que parece comprovar-se pelo achado, no interior destes espaços, de artefactos relacionados com a existência de cavalos.

Uma das secções de alicerce de muro que constitui um destes compartimentos reaproveitava um fragmento de estela discóide em granito, da qual é visível a face decorada com uma cruz de quatro braços curvos. Tal facto revela a desactivação de uma necrópole cristã próxima, tendo-se talhado uma das pedras de sepultura, que certamente estaria tombada, nas obras de beneficiação do castelo. Note-se que a Norte do recinto defensivo, junto da igreja matriz (fig. 7), foram recuperadas duas outras estelas daquele tipo, uma de cruz arvorada em relevo, outra com cruz latina gravada, indiciando a presença próxima de um cemitério. Possivelmente, a referida destruição ocorrida na segunda metade de trezentos terá causado o abandono do local de enterramento, pelo que aquando da reocupação do castelo se aproveitaram as respectivas pedras.

Terá sido também nos inícios desta segunda fase de ocupação que se deu uma ampla reforma na área mais nobre do castelo. De facto, puseram-se à vista no sector Oeste do mesmo, vestígios de uma grande estrutura quadrangular, adossada à face Norte da Torre de Menagem e encostada ao remanescente do pano de muralha neste quadrante (fig. 7). Compunha-se de duas grandes salas sub-rectangulares, fazendo-se a comunicação entre ambas através de uma porta, de que se conserva a soleira. O estado de conservação desta estrutura é muito diminuto, sobretudo pela implantação de um depósito de água, durante a década de 1980, que eliminou praticamente toda a face Este do edifício. Apenas na extremidade Norte se conservaram muros de razoável altura, bem como estratos arqueológicos deste período. A localização deste achado faz com que, à luz do mencionado Tombo da Comenda (Silva, 2002:134), se classifique a estrutura como a casa anexa à Torre de Menagem, considerada naquele texto como a “fortaleza do dito castelo”, residência das elites que o habitavam. A denominada casa-torre, coberta de “telha vã” e ameadada como o demais perímetro defensivo, articulava a torre defensiva e cerimonial, a residência fortificada e o pano de muralha; segundo aquela fonte, a casa tinha um “repartimento”, o qual servia nos inícios do século XVI como morada do alcaide pequeno.

Sendo desta fase o maior número de estruturas identificadas, são também deste período os mais significativos estratos arqueológicos verificados no castelo. De facto, em praticamente todo o recinto, sobretudo na metade Leste, detectaram-se níveis

associados às referidas estruturas, sobrepondo alternativamente os seguintes elementos: ou camadas correspondentes à primeira etapa de ocupação, em zonas mais profundas e declivosas, onde os detritos existentes parecem ter sido aproveitados, pelos homens que reocuparam o castelo no início do século XV, como material nivelador; ou directamente sobre o afloramento rochoso granítico, em locais mais planos e de menor potencial estratigráfico. Estes depósitos incluíam os derrubes resultantes do colapso das estruturas atrás mencionadas, compostos por pedras e telhas, bem como importante conjunto de espólio arqueológico diversificado, fundamental para a atribuição de cronologia segura².

Entre os materiais cerâmicos recolhidos nos estratos arqueológicos da 2ª fase de ocupação do castelo (*vide* Teixeira *et al.*, 2002:174-76), destaquem-se os exemplares decorados de louça de mesa, esmaltados ou vidrados, com tipologia mais amplamente difundida. Entre os primeiros contam-se os pratos e as taças de pastas rosadas ou amareladas bem depuradas, os primeiros com fundo em ônfalo, as segundas com pé em anel, esmaltados a branco e com grande desgaste de utilização. Nos segundos nomeiem-se os pratos e as taças de pasta vermelha, os primeiros com bordo extrovertido, recipiente demarcado da aba por filete e fundo em ônfalo, as segundas de bordo vertical, carena alta e asa sub-triangular perfurada verticalmente, vidrados melados, esverdeados ou acastanhados. Pese embora a escassez de intervenções deste período na região, estes artefactos têm paralelo próximo em produções nacionais reconhecidas em diversos arqueossítios portugueses, nomeadamente no Porto (Osório e Silva, 1998:305 e 308), em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999:207), em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997:290; 1998:244), ou em Silves (Gomes e Gomes, 1996:156, 159 e 161), sendo aí classificados como pertencendo aos séculos XV e XVI.

Igualmente no grupo da louça de mesa cite-se o grande conjunto de taças e pratos de cerâmica comum, fabricados com pastas predominantemente laranjas ou vermelhas, com muitos elementos não plásticos micácios de grão fino e escassos quartzíticos de grão médio e superfícies internas geralmente brunidas, ao passo que as externas estão simplesmente alisadas. Os primeiros apresentam bordos extrovertidos, com lábios de perfil semi-circular aplanado ou sub-triangular e diâmetro entre 14 cm e 22 cm, paredes oblíquas com demarcação da aba e recipiente através de um filete, rebordo ou variação da curvatura, e fundos em pastilha de 5 cm a 8 cm de diâmetro. As segundas mostram bordos verticais algo espessados, com lábios de perfil semi-circular, marcação externa através de canelura e diâmetro entre 14 cm e 15 cm, paredes curvas e fundo em pastilha com 5 cm a 8 cm de diâmetro; algumas mostram marcas de propriedade esgrafitadas na superfície externa, como cruces. Exemplares deste tipo, certamente de produção regional, têm ainda assim paralelo formal em diversos arqueossítios portugueses com a mesma cronologia,

entre os séculos XV e XVI, revelando um certo gosto comum por este tipo de cerâmicas, podendo citar-se, além dos referidos, os achados de Lisboa (Diogo e Trindade, 1998:265) e Aveiro (Alves *et al.*, 1998:192-93).

Embora em menor número que as formas anteriores, recolheram-se em Castelo Novo alguns recipientes de cerâmica comum para beber líquidos, denominados copos e púcaros, de tipologia variada. Foram essencialmente fabricados com pastas alaranjadas ou vermelhas claras, com grande quantidade de elementos não plásticos micácios de grão fino e raros quartzíticos de grão fino a médio. Os primeiros têm bordos verticais de 8 cm a 9 cm de diâmetro, com lábios de perfil semi-circular, apresentando paredes também sub-verticais finas sem asas. Os segundos possuem corpo globular, podendo ter até duas asas, distinguindo-se exemplares de colo alto e de colo baixo; têm bordos verticais, com lábios de perfil semi-circular com 9 cm a 10 cm de diâmetro, sendo as superfícies geralmente alisadas, podendo apresentar decoração exterior com caneluras.

O demais espólio, nomeadamente a louça de cozinha, tem características que tornam mais difícil a atribuição de paralelo. Formas de panelas de bordo vertical espessado, com lábio de secção sub-rectangular, e diâmetros oscilando entre 15 cm e 18 cm, têm alguma difusão em arqueossítios tardo-medievais portugueses, como Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997:289, fig. 12, nº29) ou Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999:201, nº15), sendo as cronologias propostas entre os séculos XV e XVI. Os exemplares de Castelo Novo, certamente de produção local ou regional, foram fabricados com pastas laranjas, contendo bastantes elementos não plásticos micácios de grão fino e raros quartzíticos de grão grosso. Já tipologicamente sem paralelo parecem ser as panelas de bordo extrovertido, com 15 cm a 18 cm de diâmetro, lábio de perfil semi-circular algo afilado, espessado internamente para assentamento de testo e externamente imediatamente sobre o colo, que se apresenta significativamente estrangulado. Estes artefactos de forma globular, de bojo decorado com caneluras e por vezes com ligeiro rebordo no diâmetro máximo da peça, têm fundos em pastilha ou ligeiramente côncavos, com 8 cm a 9 cm de diâmetro. Fabricados com pastas vermelhas, contendo grande quantidade de elementos não plásticos micácios e quartzíticos de grão fino a grosso, são das formas mais características destes contextos, resultando certamente de fabrico local. Uma variedade de outros tipos de panelas, bem como de potes que aparentemente não foram utilizados ao fogo, têm também paralelo difícil, certamente por resultarem de produção restrita geograficamente.

Enfim, a mesma observação pode ser feita para os cântaros de corpo globular muito bojudo e bordo vertical de secção triangular, ou os vasos de bordo extrovertido, espessado na face interna e aplanado superiormente, de parede sub-vertical e marcado por caneluras largas e suaves nas duas faces, o primeiro destinado a transportar líquido, o segundo provavelmente os despejos domésticos. Refiram-se, por último, duas tipologias de almofarizes de pastas alaranjadas, com abundantes elementos não plásticos de grão fino a grosso e

² A datação por radiocarbono deu SAC-1953 (Q21-C8), 380±40 BP com $\delta^{13}C = -26,5\%$, obtendo-se com a calibração para 1 sigma 1448-1519 cal AD e 1593-1622 cal AD.

superfícies com tratamento, bastante desgastadas pela utilização. O primeiro tem bordo vertical, espessado interna e externamente e com lábio aplanado superiormente, sendo a parede externa oblíqua, ao passo que a interna é curva, mostrando espessamento acentuado junto ao fundo em pastilha. O segundo também tem bordo vertical espessado internamente, mas apresenta lábio de secção sub-circular, tendo as paredes curvas.

Esta 2ª fase de ocupação do castelo de Castelo Novo revelou também uma grande quantidade de artefactos metálicos, de tipologia bem mais variada do que se observara no período anterior. Entre estes contam-se muitos fragmentos de facas, artefactos que conheceram ampla difusão no espaço peninsular em épocas distintas, podendo apontar-se paralelos em vários arqueossítios medievais já mencionados, com cronologia entre os séculos XIV e XVI, a que poderemos acrescentar o Palácio Nacional de Sintra (Amaro, 1992:120). Neste castelo persistem secções de lâminas com tipologia diferente, mostrando aplicação de rebites para fixação de cabo, ou evidenciando espigão para o mesmo efeito. Outros objectos exumados de possível uso na cozinha foram um garfo de secção sub-cilíndrica com dois dentes e uma pequena serra com dentes de secção triangular.

Destaquem-se também um grande conjunto de alfinetes de cobre, com 4 cm a 6 cm de comprimento, secção circular com 0,1 cm a 0,2 cm de espessura, cabeça esférica, ovalada, achatada ou cilíndrica, geralmente formada por filamento enrolado, e extremidade afilada, com uso aparentemente ornamental, apesar da sua simplicidade. Com este tipo de funcionalidade recolheram-se alguns anéis em cobre de tipo aliança, pendentes em forma de guizo e uma série de apliques de formas diversas, provavelmente para fixação em objectos de couro, embora alguns deles possam ter servido em utensílios de madeira. Exumou-se igualmente um importante grupo de artefactos classificáveis como pontas de fuso de roca em cobre, com 2 cm a 3 cm de comprimento, secção cónica ou cilíndrica oca com 0,3 cm de espessura e ponta afilada fechada, indiciando a prática de actividades têxteis dentro do recinto defensivo. A confirmá-lo está a descoberta de dedais em cobre de forma troncocónica, com 2 cm de comprimento, 1,3 cm de largura e 0,5 cm de espessura, mostrando finas incisões irregulares sobre a superfície externa. Acharam-se agulhas em ferro de secção ovalada, bem como tesouras fabricadas no mesmo material, de pega oval e lâminas curvas ou rectas.

Identificou-se igualmente um importante conjunto de fivelas em cobre ou bronze, de tipologia e tamanho variável. Entre eles destaquem-se os exemplares semi-circulares de secção ovalada ou plana, espessados na face curva, onde se nota depressão para encaixe do espigão de ponta afilada, que se encontra fixado na face direita. Noutros casos apresentam forma rectangular, secção sub-rectangular ou sub-triangular, sendo por vezes aplanados na face inferior, mostrando divisão central para dobragem e decoração incisa. As dimensões variam entre os 2 cm e os 5 cm de comprimento, os 1,5 cm e 3,5 cm de largura e os 0,2 cm e 0,5 cm de

espessura. Todos os objectos atrás referidos têm bons paralelos em arqueossítios medievais portugueses, podendo aqui destacar-se os já referidos contextos urbanos de Palmela, onde objectos idênticos foram classificados do século XV (Fernandes e Carvalho, 1997:293, fig. 15).

Como já foi referido, alguns dos artefactos descobertos nos níveis desta 2ª de ocupação indicam a presença de cavalos no interior do castelo, como indicava a descrição do Tombo da Comenda de Castelo Novo, de 1505, no qual se referia a existência de uma antiga estrebaria propriedade do comendador. Estão sobretudo neste caso os fragmentos de espessas e largas ferraduras de ferro de forma curva com extremidade arredondada, bem como uma espora neste mesmo material, de secção semi-circular, com espeto alongado espessado na extremidade e braços curvos adaptados à anatomia do pé terminados com orifícios, um dos quais conservando ainda a fivela em cobre encaixada. Note-se que este último exemplar apresenta uma forma bem mais evoluída que outros artefactos recolhidos em contextos medievais, justificando-se assim a distinta cronologia (Barroca e Monteiro, 2000:286-95). Por fim, registaram-se armas neurobalísticas, como um importante número de pontas de virotes de besta em ferro, com ponta maciça cónica e alvado curto de secção semi-circular oca, com paralelo próximo em arqueossítios nacionais deste período (Barroca e Monteiro, 2000:388-407).

Recolheu-se nestes contextos arqueológicos um conjunto muito coerente de moedas, mais diverso do que se verificara na fase anterior. De facto, todos os numismas presentes nestes estratos, em número de 66, foram cunhados entre os inícios do século XV e a primeira metade da centúria seguinte, datando o mais antigo do reinado de D. João I, ao passo que o mais recente foi batido sob D. João III. É porém notório que o maior número de espécimes pertence aos governos de D. Afonso V e D. Manuel I, registando-se neste caso uma larga predominância dos ceitis, o tipo de maior circulação na época; os achados de espadim, cotrim e real preto são excepções. Em oposição, as moedas dos monarcas anteriores, como reais de três libras e meia e de 10 soldos ou os meios reais, foram executados com ligas metálicas mais ricas, podendo por isso a sua utilização fazer-se durante mais tempo. Tais factos levam a situar plenamente o conjunto numismático nos limites cronológicos avançados para esta fase de ocupação.

Esta não tem o seu termo de forma tão definida quanto o período anterior, já que não parece resultar de uma destruição brusca, mas antes de um abandono lento e progressivo, ao longo da primeira metade do século XVI, o qual foi determinando o colapso da maioria das estruturas. Um panorama geral de alguma inutilização do sítio é-nos transmitido pelo já referido Tombo da Comenda de Castelo Novo, elaborado em 1505, no qual se registava o estado decadente dos panos de muralha, muitos deles com pedaços “derribados”, e de alguns dos compartimentos, descritos como “pardieiros” (Silva, 2002:134). Este abandono do castelo deverá ter sido o resultado da perda de importância estratégica da fortificação e desadequação das suas características

defensivas. De facto, muito embora se registre a presença de um mestre-de-obras, natural da vizinha povoação de Alpedrinha, em obras de reparação do castelo de Castelo Novo em 1501 (Silva, 2002:135), é claro que este recinto não foi objecto de profundas reformas durante o reinado de D. Manuel I, como aconteceu nos vizinhos de Idanha-a-Nova, Monsanto, Penamacor, Sortelha e Belmonte (Barroca, 2000:238). Ultrapassado tecnologicamente, terá pois deixado de servir a sua primitiva função, a militar, decaindo também enquanto centro político.

Não se pense, porém, que o abandono do castelo seja o reflexo da decadência da vila ou do concelho de Castelo Novo nos inícios do século XVI. No primeiro caso refiram-se as obras, essas sim de grande relevo, mandadas executar por D. Manuel I na Casa da Câmara e respectivo largo, onde foi erguido um pelourinho (Silva, 2002:136). No segundo, destaque-se o número de habitantes do alfoz, estimado em 571 vizinhos no final do primeiro terço de quinhentos, que o colocava em quinto lugar entre todos os concelhos da comarca de Castelo Branco, acompanhando assim o incremento populacional da Beira Interior verificado naquela época (Dias, 1986:844).

4. TERCEIRA FASE (SÉCULO XVII)

Convertido o recinto do castelo num baldio e abandonadas as estruturas habitacionais e anexas atrás referidas, ao contrário do restante povoado que se encontrava em expansão, deu-se uma utilização secundária do espaço. De facto, sobre o nível de colapso dos compartimentos adossados à muralha Leste, foi encontrada a base de um pequeno forno de forma semi-circular, com diâmetro máximo interno de 40 cm e externo de 88 cm, composto por tijolos maciços unidos por argamassa e barro (fig. 2 e 3). O interior estava completamente queimado, sendo essencialmente composto por cinzas, após a remoção das quais foi detectado um orifício de forma sub-rectangular, integralmente preenchido por vestígios de uma trave em madeira carbonizada. Dado o volume de achados de escória de cobre nos estratos associados, é bem provável que a utilização desta estrutura de combustão tenha sido a fundição daquele metal, nomeadamente para fabrico de pequenos objectos quotidianos, de que não se encontraram ainda assim grandes vestígios. Nos níveis que lhe estavam associados achou-se grande quantidade de materiais de construção que certamente lhe pertenciam, fruto da destruição a que esteve sujeita. Recolheu-se também algum espólio arqueológico, de que se destacam exemplares de faiança portuguesa com decoração de típicos aranhões, sendo o melhor paralelo arqueológico os artefactos exumados na Casa do Infante do Porto, atribuídos à segunda metade do século XVII (Barreira *et al.*, 1998:154-56). É, pois, crível, que o forno tenha laborado durante esta centúria.

Em época igualmente tardia, terá sido edificada a outra torre que integra o castelo, a denominada Torre do Relógio, cujas funções e antiguidade foram objecto de especulação. Trata-se de uma estrutura composta no

corpo inferior por uma escada helicoidal com duas frestas, viradas para o interior do castelo, e por um espaço vazio destinado ao peso do relógio, com acesso para a rua exterior (fig. 4 e 8). A parte superior, ampla em toda a área e rasgada em quatro arcos de volta perfeita, suporta dois sinos. Muito embora a sua analogia com a Torre de Lucano, sineira da vizinha aldeia de Monsanto, tenha indiciado a sua construção dos inícios de quatrocentos, dada a inscrição gravada naquele paralelo arquitectónico, as suas características apontam claramente para época posterior. A menor antiguidade desta torre face ao restante castelo está confirmada nas memórias paroquiais locais, quando afirmam que “mais junto às paredes do dito castelo se acha formada uma torre de cantaria mais moderna, que serve de campanário à igreja da dita vila” (Silva, 1993:158). Os estratos que a circundavam a Norte e Oeste confirmam uma cronologia mais recente, sendo claro que a sua construção perturbou os níveis correspondentes à 2ª fase de ocupação, sendo por isso, certamente, posterior à primeira metade do século XVI. Refira-se, por último, que o pano de muralha Leste do castelo, que já afirmámos pertencer a este segundo período de ocupação, apresenta um aparelho claramente distinto junto à face Norte da Torre do Relógio, um indício claro de que foi truncado para incorporação desta estrutura (fig. 8).

Estas duas estruturas apontam, porém, para uma ocupação do espaço bem distinta da original, sem qualquer dimensão militar. Tal facto acabou por determinar a ruína progressiva de boa parte das construções defensivas ao longo dos séculos. Em meados do século XVIII, registava-se que a vila tinha “dentro dela um castelo com uma torre, tudo antiquado, e por várias partes demolido”. O mesmo “não padeceu ruína alguma [...] no terramoto de 1755 que fosse considerável e só caíram algumas pedras das paredes já de antes arruinadas e até ao presente sem reparo” (Silva, 1993:158). Já em 1740, aquando da actualização dos bens da comenda, o castelo estava “em muitas partes demolido e tem dentro em si uns pardieiros que parece foram casas boas”. Alvitra-se, pois, que para além das suas muralhas e torres, também o seu interior se foi deteriorando, facto que determinou em muito o volume de achados durante esta intervenção arqueológica.

Finalmente, refira-se que os estratos mais superficiais removidos durante as escavações, e que cobriam toda a área do castelo, dizem respeito tanto a entulhos deixados aquando das obras da DGEMN, em meados do século XX, tendo-se encontrado uma moeda datada destes mesmos anos, ou a detritos recentes sem interesse arqueológico. Em todo o caso, encontraram-se nestes níveis alguns elementos arquitectónicos relevantes, destacando-se algumas das pedras que compunham as nervuras da abóbada que cobriria a Torre de Menagem.

5. CONCLUSÃO

A intervenção arqueológica realizada no castelo da aldeia histórica de Castelo Novo teve importante alcance em termos patrimoniais. Por um lado, através da

escavação total do recinto obviaram-se em absoluto os impactes negativos que as obras de valorização certamente acarretariam sobre o património arqueológico. Por outro, conferiu-se ao monumento a sua verdadeira dimensão, libertando por exemplo as muralhas dos entulhos que a cobriam internamente, e uma fisionomia mais próxima da original, já que a sua utilização em períodos históricos se deu, essencialmente, sobre o afloramento rochoso granítico. Recuperou-se ainda um importante conjunto de materiais arqueológicos, que virão a ser enquadrados num futuro núcleo interpretativo do monumento.

Do ponto de vista científico, destaque-se a identificação no interior do recinto de níveis estratigráficos bem preservados com abundante espólio arqueológico, susceptível de permitir o estabelecimento de cronologias seguras. Tal facto almeja um potencial de informação, sobretudo em termos de estudos de cerâmica, cuja análise se encontra ainda numa fase primária, sobretudo se considerarmos a raridade de escavações arqueológicas deste período em termos regionais. Ainda assim, o estado de conhecimentos actual permitiu já fazer alguma luz sobre a dinâmica de ocupação do espaço, tendo-se definido três fases de ocupação: uma do século XIII e primeira metade da centúria seguinte, que aponta para a época de fundação do castelo, ocorrida após a concessão do primitivo foral em 1202, terminada com evidente destruição por incêndio; outra iniciada no começo do século XV, com importantes obras de reconstrução de muralhas e alteração da fisionomia interna da fortificação, culminada em abandono durante a primeira metade de quinhentos; a derradeira, após o colapso das estruturas tardo-medievais e modernas, representada por uma pequena estrutura de combustão provavelmente destinada à metalurgia do cobre, que terá laborado durante o século XVII.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. J. S., RODRIGUES, P. J. P., GARCIA, C. & ALELUIA, M.
1998. A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 185-210. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- AMARO, C.
1992. Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra. In *Arqueologia Medieval*, 1:111-23.
- BARREIRA, P., DÓRDIO, P. & TEIXEIRA, R.
1998. 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 145-84. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- BARROCA, M. J.
2000 – Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior. In *Beira Interior – História e Património. Actas da I Jornadas de Património da Beira Interior*, pp. 215-38. Guarda.
- BARROCA, M. J. & MONTEIRO, J. G.
2000. *Pera Guerreiar. Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- CARDOSO, G. & RODRIGUES, S.
1999. Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*, 6:193-212.
- COELHO, M. H. da C. e HOMEM, A. L. de C.
1996. O Quadro Institucional. In SERRÃO, J. e MARQUES, A. H., coord. – *Nova História de Portugal*, vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras*, pp. 529-602. Lisboa: Editorial Presença.
- DIAS, J. J. A.
1986. A Comarca de Castelo Branco em 1527-1540. Aspectos Administrativos e Demográficos. In *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas*, pp. 841-849. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- DIOGO, A. M. Dias & TRINDADE, L.
1998. Intervenção Arqueológica na Rua João Outeiro, nº36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 257-65. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- FERNANDES, I. C. & CARVALHO, A. R.
1997. Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela). (*I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski*). *Setúbal Arqueológica* 11-12:279-95.
1998. Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 211-55. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- GASPAR, A. & AMARO, C.
1997. Cerâmica dos Séculos XIII-XV da Cidade de Lisboa. In *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du VI Congrès de l'AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 337-45.
- GOMES, M. V. & GOMES, R. V.
1996. Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. *Xelb* 3:143-206.
- JORGE, A. J. F. da S.
1998. *O Foral Latino de Alpreada (Castelo Novo - Beira Baixa)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARQUES, A. A. da C.

2000. Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995). In *Beira Interior – História e Património. Actas da I Jornadas de Património da Beira Interior*, pp. 253-86. Guarda.

MATTOSO, J.

(s.d.). *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa.

OSÓRIO, M. I. N. A. P. & SILVA, A. M. S. P.

1998. Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 283-314. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

REAL, M. L., GOMES, P. D., TEIXEIRA, R. J. & MELO, R. F.

1995. Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX. In *1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 171-86. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

RIBEIRO, J. H.

1986. Cerâmica medieval das escavações da zona do Castelo de Castelo Branco (Portugal). In *II Coloquio Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, pp. 277-81. Madrid: Ministerio de Cultura.

RODRIGUES, M. & REBANDA, N.

1995. Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adeganha - Torre de Moncorvo). In *1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 51-66. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

1998. Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarça. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 101-26. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

SILVA, J. C. da

1993. *O Concelho do Fundão através das Memórias Paraquiais de 1758*. Fundão: Tipografia do «Jornal do Fundão».

2002. *O Concelho do Fundão - História e Arte*, vol. I, *Ao Sul da Gardunha (o antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo)*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

SILVÉRIO, S., BARROS, L. de & TEIXEIRA, A.

2004. Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor / Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7(2):473-540.

TEIXEIRA, A., BETTENCOURT, J. & SILVÉRIO, S.

2003. Arqueonova: trabalhos arqueológicos. *al-madam*. Almada. Série II, 12:174-76.

VILAÇA, R. M. da R.

1995. *Aspectos do povoamento da Beira interior (Centro e Sul) nos finais da idade do bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

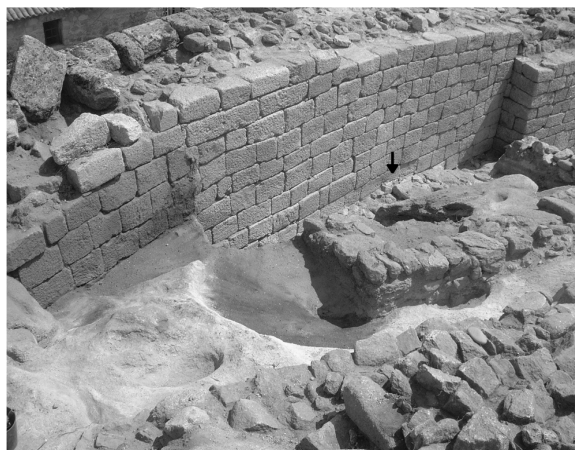


FIGURA 1. Sector Norte do castelo durante a escavação das estruturas escavadas no afloramento rochoso, sobrepostas por muros da 2ª fase de ocupação. Indicam-se os vestígios de muralha atribuíveis à 1ª fase (foto AT).



FIGURA 2. Sector Leste do castelo na fase final de escavação, vendo-se a estrutura de combustão circular, bem como os compartimentos adossados à muralha neste quadrante, da 2ª fase de ocupação. Indicam-se os níveis de derrube e o troço de muro da 1ª fase, sobrepostos pela reconstrução da muralha e pelos referidos compartimentos (foto AT).



FIGURA 3. Perfil estratigráfico registando as três fases de ocupação: C1 e C2, sub-actuais; C3 e C4, 3ª fase, incluindo forno circular; C5 e C6, 2ª fase, incluindo muro de compartimento; C7 e C8, 1ª fase, incluindo colapso de muro (lev. SS e AT).

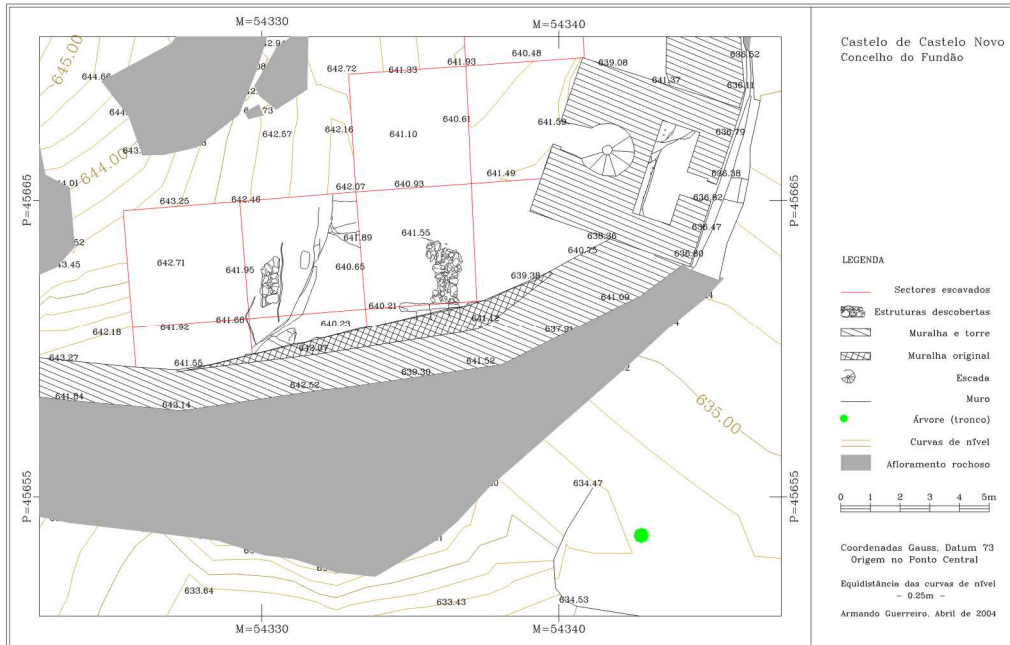


FIGURA 4. Sector Sul do castelo no final da segunda campanha, vendo-se a cavidade escavada no afloramento rochoso e dois troços de muro da 1ª fase de ocupação, bem como a sobreposição da muralha original pela reconstrução sub-actual e a planta da Torre do Relógio (lev. Armando Guerreiro).

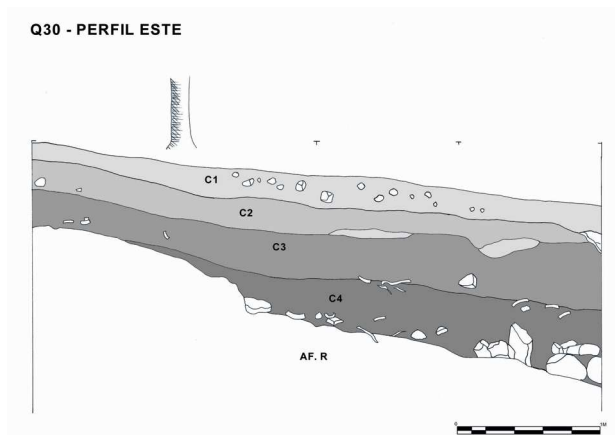


FIGURA 5. Perfil estratigráfico da cavidade escavada no afloramento rochoso, no sector Sul do castelo, com a seguinte sucessão: C1 e C2, sub-actuais; C3 e C4, 1ª fase de ocupação, incluindo colapso de muro (lev. SS e AT).



FIGURA 6. Fragmentos de pichel de Saintonge, da 1ª fase de ocupação do castelo (foto AT).



FIGURA 7. Sector Oeste do castelo no final da escavação, vendo-se parte da estrutura anexa à Torre de Menagem, incluindo soleira de porta, truncada pelo depósito de água sub-actual. Indica-se o pequeno segmento de muralha ao qual se adossava esta casa-torre. Ao fundo, a igreja matriz (foto AT).



FIGURA 8. Sector Leste e Sul do castelo no final da segunda campanha, com a Torre do Relógio. Indica-se à esquerda o local onde a muralha da 2ª fase de ocupação está truncada para implantação desta torre. Indica-se à direita a sobreposição da muralha da 1ª fase por reconstrução sub-actual (foto AT).

¹ Consultaram-se os processos de obras relativas ao castelo de Castelo Novo (DREMC), existentes no arquivo da DGEMN, no forte de Sacavém.